

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2009
(Do Sr. Gladson Cameli)

Solicita informações ao ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, acerca da elaboração da portaria conjunta entre o ministério das Minas e Energia e ministério do Planejamento para solucionar erro detectado pelo Tribunal de Contas da União no cálculo do reajuste tarifário de energia elétrica elaborado pela Aneel.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I combinado com o art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro das Minas e Energia informações acerca da elaboração de portaria conjunta entre o ministério de Minas e Energia e ministério do Planejamento para solucionar erro detectado pelo Tribunal de Contas no cálculo do reajuste tarifário de energia elétrica elaborado pela Aneel.

Justificação

A CPI da Energia Elétrica instalada na Câmara dos Deputados tem suscitado uma série de medidas e ações parlamentares e até judiciais para investigar suspeitas e indícios claros de erros acerca da elaboração do cálculo do reajuste tarifário de energia elétrica Brasil afora. O empenho e a determinação de dar um basta em uma série de majorações feitas ao arrepio da lei e de índices legítimos tem dado resultados claros e práticos.

Basta lembrar que em algumas unidades da Federação, a própria tarifa elétrica sofreu diminuição nos índices devido ao levantamento e averiguação dos percentuais elaborados segundo dados reais e comprovados. O recente anúncio pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de erro detectado na elaboração de cálculo de reajuste

tarifário de energia elétrica elaborado pela Agência nacional de Energia Elétrica é altamente sintomático.

Na realidade, é a prova cabal que os trabalhos realizados pela CPI da energia Elétrica vem obtendo resultados palpáveis e práticos, com conseqüências sumamente benéficas para a população, sobretudo a de baixa renda, onde a conta de luz é um dos principais custos no orçamento familiar. O fato é que o erro deverá ser levado a público e as medidas saneadoras tomadas em tempo hábil.

Se houve erro na majoração e as contas de luz refletiram um aumento irreal e injusto, cabe as autoridades do setor retificar a tarifa e restituir a sobre conta cobrada indevidamente. É absolutamente necessário ainda a bem da justiça e da economia popular, suspender as revisões tarifárias feitas com base no erro de cálculo detectado.

Sala das Sessões, de outubro de 2009.

Deputado **Gladson Cameli**